

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA  
DE SANTA BÁRBARA D'OESTE/SP**

**Processo n.º 1004884-18.2017.8.26.0533**

**Recuperação Judicial**

**BRASIL TRUSTEE ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL,**

Administradora Judicial nomeada pelo MM. Juízo, já qualificada, por seus representantes que ao final subscrevem, nos autos da **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** de **TÊXTIL CANATIBA LTDA.**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar o RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL da Recuperanda, nos termos a seguir.

**Campinas**

Av. Barão de Itapura, 2294, 4º andar  
CEP 13073-300 F. 19 3256-2006

**São Paulo**

Rua Robert Bosch, 544, 8º andar  
CEP 01141-010 F. 11 3258-736

**Curitiba**

Rua da Glória, 314, conjunto 21  
CEP 80030-060 F. 41 3891-1571

## SUMÁRIO

I – OBJETIVO DESTE RELATÓRIO.....	3
II – PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	3
III – CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	3
III.I - Classe III – Créditos Quirografários .....	3
IV - CONCLUSÃO .....	10

### **Campinas**

Av. Barão de Itapura, 2294, 4º andar  
CEP 13073-300 F. 19 3256-2006

### **São Paulo**

Rua Robert Bosch, 544, 8º andar  
CEP 01141-010 F. 11 3258-736

### **Curitiba**

Rua da Glória, 314, conjunto 21  
CEP 80030-060 F. 41 3891-1571

## I – OBJETIVO DESTE RELATÓRIO

Apresentar ao MM. Juízo o Relatório de Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, **atualizado até o mês de novembro de 2021.**

## II – PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

*Prima facie*, cumpre aduzir que os parâmetros constantes do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, especificamente sobre o pagamento dos credores remanescentes, pertencentes à Classe III – Dos Credores Quirografários, já se encontram perfeitamente delineados no primeiro Relatório de Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial apresentado, após o início da nova fase de fiscalização do cumprimento do aditivo ao plano, aprovado na AGC datada de 09/10/2020, o qual foi encartado às fls. 16.328/16.339 dos presentes autos.

Destarte, deixa-se, agora, de repeti-los no presente relatório, passando-se à análise do cumprimento do Plano.

## III – CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Neste tópico, relatar-se-á a fase de cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, conforme fiscalização periódica feita por esta Auxiliar, em atenção ao art. 22, inc. II, alínea “a”<sup>1</sup>, da Lei n.º 11.101/2005:

### **III.1 - Classe III – Créditos Quirografários**

*Ab initio*, rememora-se, conforme já explanado no relatório de fls. 16.328/16.339, que o valor devido a título de pagamento do crédito

---

<sup>1</sup> Art. 22. Ao administrador judicial compete, sob a fiscalização do juiz e do Comitê, além de outros deveres que esta Lei lhe impõe: (...) II – na recuperação judicial: a) fiscalizar as atividades do devedor e o cumprimento do plano de recuperação judicial;

principal (sem os juros), encontrava-se em período de carência, o qual transcorreu no mês de agosto deste ano. Desta forma, reitera-se que os referidos pagamentos, do valor do principal, tiveram início no mês de agosto do corrente ano.

Outrossim, tem-se que o pagamento dos juros se iniciou no mês de abril do corrente ano, sendo computados de acordo com o valor do crédito principal, acrescidos dos juros acumulados no período de carência.

Nesse espeque, segue abaixo a demonstração dos valores adimplidos pela Recuperanda, a título de quitação da 8ª (oitava) parcela, a qual foi efetivada na data de 24/11/2021:

Credores	Pagamento efetuado		Total pago
	8ª Parcela	Data	
KZV Securitizadora S.A (crédito cedido pelo Banco BBM S/A.)	78.265,54	24/11/2021	<b>355.482,92</b>
Banco Bradesco S/A.	5.718,21	24/11/2021	<b>25.972,19</b>
KZV Securitizadora S.A (crédito cedido pelo Banco Citibank S/A.)	161.158,36	24/11/2021	<b>731.983,16</b>
Banco do Brasil S/A.	218.170,17	24/11/2021	<b>990.931,33</b>
Banco Indusval S/A.	271.939,17	24/11/2021	<b>1.235.150,74</b>
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	26.113,71	24/11/2021	<b>118.608,77</b>
Banco Original S/A.	196.543,68	24/11/2021	<b>892.703,59</b>
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A (crédito cedido pelo Banco Pan S/A.)	44.079,09	02/12/2021	<b>200.207,72</b>
Amaranto Participações Planejamento Estratégico de Negócios Ltda (crédito cedido pelo Banco Pine S/A.)	58.763,04	24/11/2021	<b>266.902,38</b>
Banco Santander S/A.	1.957.336,77	24/11/2021	<b>8.890.245,49</b>
Banco Votorantim S/A.	-	-	<b>1.069.372,53</b>
KZV Securitizadora S.A (crédito cedido pela Braskem S/A.	1.473,56	24/11/2021	<b>6.692,92</b>

Credores	Pagamento efetuado		Total pago
	8ª Parcela	Data	
Itaú Unibanco S/A.	184.868,01	24/11/2021	<b>839.672,55</b>
Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda.	56.216,02	24/11/2021	<b>255.333,80</b>
Passos e Sticca Sociedade de Advogados	26.361,65	24/11/2021	<b>119.734,91</b>
Darci Covolan	-	-	<b>1.740.989,88</b>
Romeu Antônio Covolan	-	-	<b>1.752.745,59</b>
Vilson Covolan	-	-	<b>1.752.745,59</b>
<b>Total</b>	<b>3.287.006,98</b>		<b>21.245.476,07</b>

Conforme já relatado nas circulares anteriores, com o pagamento da 5ª (quinta) parcela, a qual teve vencimento no mês de agosto deste ano, houve a compensação integral do valor de R\$ 5.246.481,07 (cinco milhões, duzentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sete centavos), relativo ao depósito judicial efetuado pela Recuperanda, por ordem de seus sócios, nos autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial nº 1067341-27.2017.8.26.0100, segundo abaixo demonstrado:

Credores	Compensação					Total
	1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela	4ª Parcela	5ª Parcela	
Darci Covolan	216.593,80	236.339,36	296.625,94	341.932,93	649.497,85	<b>1.740.989,88</b>
Romeu Antônio Covolan	218.926,59	238.884,81	299.820,70	345.615,65	649.497,85	<b>1.752.745,60</b>
Vilson Covolan	218.926,59	238.884,81	299.820,70	345.615,65	649.497,85	<b>1.752.745,60</b>
<b>Total</b>	<b>654.446,98</b>	<b>714.108,98</b>	<b>896.267,34</b>	<b>1.033.164,23</b>	<b>1.948.493,56</b>	<b>5.246.481,09</b>

Destaca-se, outrossim, que, embora o mencionado valor acima tenha sido totalmente compensado, ainda restou saldo residual a ser adimplido relativo à referida parcela, uma vez que o valor remanescente do depósito judicial realizado não foi suficiente para quitar a parcela em questão, o que já vem sendo exposto nos relatórios anteriores.

Além disso, frisa-se, novamente, que em razão da revogação da moratória anteriormente concedida pelos sócios da Recuperanda (fls. 16.459/16.460), todos eles (inclusive a Sra. Maria Emilia Covolan Zancan) foram incluídos na fiscalização do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial,

devendo receber, desse modo, em igualdade aos demais credores. Contudo, não houve a exibição dos comprovantes de pagamentos, relativas aos créditos dos sócios.

Em razão do exposto acima, esta Administradora Judicial realizou questionamentos à Recuperanda, tendo ela, em resposta, sinalizado que o recebimento dos valores, relativos aos créditos, é um direito disponível de seus sócios, sendo que, quando do pagamento da 5ª (quinta) parcela, estes decidiram receber um valor menor do que aquele de fato devido, com o intuito de preservar o caixa da empresa, bem como priorizar os pagamentos integrais das parcelas dos demais credores.

Nesse espeque, conforme já relatado na circular anterior, tendo em vista que o recebimento dos valores relativos aos créditos é realmente um direito disponível, esta Administradora Judicial não vê irregularidades no recebimento parcial do montante destinado à 5ª (quinta) parcela, bem como na ausência de recebimento dos valores relativos às 6ª (sexta), 7ª (sétima) e 8ª (oitava) parcelas, se assim foi a vontade dos sócios da Recuperanda.

No entanto, é certo que a Sociedade Empresária deverá sempre trazer, a esta Auxiliar do Juízo, as informações relativas aos valores que foram, eventualmente, pagos aos seus sócios, possibilitando, assim, que a fiscalização do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial seja realizada a contento, questão esta que foi solicitada à Recuperanda, administrativamente, tendo ela, em resposta, comprometido-se a enviar a esta Auxiliar, de forma periódica, o necessário controle dos valores adimplidos.

Contudo, insta informar que, até a data base deste relatório, a Recuperanda ainda não havia apresentado o mencionado controle dos valores eventualmente adimplidos, sendo que, nesse sentido, esta Administradora Judicial aguarda o atendimento da Devedora do quanto

**Campinas**

Av. Barão de Itapura, 2294, 4º andar  
CEP 13073-300 F. 19 3256-2006

**São Paulo**

Rua Robert Bosch, 544, 8º andar  
CEP 01141-010 F. 11 3258-736

**Curitiba**

Rua da Glória, 314, conjunto 21  
CEP 80030-060 F. 41 3891-1571

solicitado, a fim de que possa realizar o necessário relato nos Relatórios de Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial posteriores.

Em relação à questão referente ao crédito do Banco Daycoval S.A., já aludida nos relatórios anteriores, esta Administradora Judicial, tendo realizado nova consulta aos autos do recurso de Agravo Interno nos Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Especial nº 1567280 – SP (2019/0245164-1), os quais são eletrônicos e se encontram em trâmite perante o C. Superior Tribunal de Justiça, verificou que a Recuperanda opôs, na data de 27/09/2021, em face do v. acórdão prolatado pela Quarta Turma do C. Superior Tribunal de Justiça, de relatoria do I. Ministro Marco Buzzi, Embargos de Divergência, os quais foram, também, indeferidos pelo I. Relator prevento, na data de 04/11/2021.

Após o indeferimento acima, verificou-se que a Recuperanda interpôs, em 26/11/2021, Agravo Interno e, em 29/11/2021, a parte contrária foi intimada para apresentar Impugnação ao recurso agora manejado.

Desta forma, esta Administradora Judicial informa que continuará acompanhando o deslinde da questão, a fim de que possa realizar, caso haja a manutenção do *decisum* de reconhecimento da extraconcursalidade do crédito do Banco Daycoval S.A., a sua exclusão, no Quadro Geral de Credores.

Cumprir mencionar, outrossim, que em razão da realização da Cessão de Crédito entre o Banco Pan S/A e a Cessionária Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A., a qual já foi homologada pelo N. Juízo, à fl. 16.640, o pagamento da 8ª (oitava) parcela, com vencimento no mês de novembro deste ano, foi efetivado na conta bancária de titularidade da referida nova Credora.

Por derradeiro, tendo sido verificada a ausência de pagamento da 8ª (oitava) parcela do crédito do Credor Banco Votorantim S.A.,

esta Administradora Judicial realizou questionamentos, de forma administrativa, à Devedora, momento no qual ela informou a ocorrência de um acordo de liquidação envolvendo o referido Banco Credor e seus acionistas, os quais são avalistas da obrigação.

No entanto, tem-se que, até o presente momento, em que pese esta Auxiliar já tenha solicitado, a Recuperanda ainda não enviou os termos do referido acordo para análise e ciência. No mais, ressalta-se que a negociação em comento também não foi noticiada nos autos da Recuperação Judicial.

Dito isto, cumpre relatar que, ao analisar os comprovantes de pagamentos enviados pela Sociedade Empresária, constatou-se que os valores pagos aos credores relacionados abaixo, divergem daqueles de fato devidos, mensurados em conformidade com o estabelecido no PRJ, posto que, **ao final, quando considerado o saldo global**, tem-se que a Recuperanda efetuou pagamentos **a menor**, sendo que a diferença total apurada e atualizada até a data-base deste relatório (30/11/2021), perfaz a quantia de R\$ 20.500.278,85 (vinte milhões, quinhentos mil, duzentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos) a qual é composta, principalmente, das parcelas inadimplidas relativas aos créditos dos sócios, conforme demonstrado abaixo:

Diferenças em 30/11/2021		
Credor	Diferenças Apuradas	
	8ª Parcela	Total
KZV Securitizadora S.A (crédito cedido pelo Banco BBM S/A)	0,00	<b>(0,03)</b>
Banco Bradesco S/A	0,00	<b>3,09</b>
KZV Securitizadora S.A (crédito cedido pelo Banco Citibank S/A)	0,00	<b>0,07</b>
Darci Covolan	(1.397.303,82)	<b>(4.634.416,54)</b>
Maria Emília Covolan Zancan	(1.412.353,22)	<b>(6.482.979,96)</b>
Romeu Antônio Covolan	(1.412.353,22)	<b>(4.691.442,74)</b>
Vilson Covolan	(1.412.353,22)	<b>(4.691.442,74)</b>
<b>Total</b>	<b>(5.634.363,48)</b>	<b>(20.500.278,85)</b>



Apenas para não gerar eventuais dúvidas, esclarece-se que os valores constantes na planilha acima, quando indicados entre parênteses, referem-se às quantias adimplidas a menor e, quando indicados sem o mencionado sinal, trata-se de valores pagos a maior.

Por derradeiro, ressalta-se, novamente, que esta Administradora Judicial já vinha considerando, como data base para a conversão dos créditos em moeda estrangeira para moeda nacional, **a data do ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial (29/06/2017)**, estando os Relatórios de Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, portanto, em conformidade com a r. decisão de fls. 16.582/16.583.

#### IV. CONCLUSÃO

Em conformidade com o exposto neste relatório, **verifica-se que a Recuperanda vem cumprindo parcialmente com os pagamentos previstos em seu Plano Recuperação Judicial**, em razão das ressalvas feitas acima.

Sendo o que havia a manifestar, esta Administradora Judicial permanece à disposição do MM. Juízo, dos credores, do Ministério Público e demais interessados neste processo.

Santa Bárbara D'Oeste (SP), 27 de dezembro de 2021.

**Brasil Trustee Administração Judicial**  
Administradora Judicial

**Fernando Pompeu Lucas**  
OAB/SP 232.622

**Filipe Marques Mangerona**  
OAB/SP 268.409